

Ata da 35ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 29 dias de janeiro de 2019, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a trigésima quinta reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Festas de Itapuã e Iemanjá; Controle de faltas e afastamento de Conselheiros; Resultado quantitativo das contribuições dos Conselheiros sobre o documento do PMC; 2) Posse de novos Conselheiros; 3) Cronograma das próximas ações do PMC; 4) Apresentação das estratégias de comunicação para a sensibilização da Sociedade Civil para o PMC; 5) Articulações Institucionais do CMPC; 6) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Caroline Lopes dos Santos (Valéria); Eduardo Lopes dos Reis (Pau da Lima); Elismar Carvalho Lima (Audiovisual); Etenoel Santos da Cruz (Cultura Popular); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Isabela Fernanda Azevedo Silveira (Teatro); Jadson Santos do Nascimento (Cajazeiras); Joceval Rodrigues (Câmara Municipal); José Carlos Assunção Novaes (Literatura); Leonardo França de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Lucilene Ferreira Santos (Liberdade/São Caetano); Marcos Luís Silva Argolo (Música); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Rodrigo Cavalcanti (SALTUR); Salete Batista Araújo Silva (Centro/Brotas); Walter de Oliveira Pinto Junior (SEMGE) e Washington Luiz Lopes (Barra/Pituba). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Ivam da Silva Almeida (Subúrbio/Ilhas) e Isa Maria Faria Trigo (Cabula / Tanc. Neves) na condição de titulares e Milena Alves Dias Falcão (Casa Civil); Cristina Maria Alves de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Uelinton Correia do Nascimento (Pau da Lima); e Sandra Márcia Almeida Guimarães (SEMGE). O Presidente Etenoel Cruz iniciou a reunião, registrou a presença de muita gente e mencionou que a casa estava cheia, o que era importante para o Conselho, já que os Conselheiros tanto falam de comunicação e da necessidade de que o CMPC seja visto pela comunidade. Afirmou que os Conselheiros começaram a assumir o seu papel e ver a casa cheia era um sinal positivo, sobretudo para que a construção seja de certa forma democratizada para a sociedade soteropolitana. Em seguida, informou que o primeiro informe referia-se a um ofício recebido pelo CMPC, enviado pela Associação de Moradores de Itapuã, que apresentou o projeto da Festa de Itapuã e pediu uma ajuda do CMPC. Respondeu que o CMPC não tem condições de apoiar o projeto financeiramente, mas a casa é aberta e propícia de diversos Conselheiros do Município que podem ouvir a demanda, entender o processo, tentar ajudar para a melhor democratização da verba pública. Defendeu que era papel dos Conselheiros dar fala a quem quer falar e entender toda a construção de todos os territórios. Convidou Ives Quaglia, representante da associação de moradores, e disponibilizou-lhe dez minutos para expor o que a instituição desejava do CMPC. Ives Quaglia disse que dividiria o tempo dado em falas de cinco minutos para duas representações. Disse que todos sabem que hoje em Salvador só existem três festas populares e talvez a de Itapuã é a que tem mais o espírito identitário, pois é a sua comunidade que faz a festa. Disse que havia levado um histórico, mas não teria tempo para apresentar e que fazem a festa enquanto comunidade de vários segmentos. Informou que havia na

reunião representantes de vários grupos, como as baianas de acarajé, blocos e afirmou que há grupos e blocos culturais que só desfilam na Lavagem de Itapuã. Destacou outra característica da festa de Itapuã, que é o fato de ela ser realizada em cinco dias, e por isso tiraram o nome de “lavagem”, começa na madrugada de quinta-feira, com banda Anunciador, depois passa para a Lavagem Nativa, para a lavagem tradicional, seguida do desfile das entidades. Agregado a isso, na sexta-feira tem outra atividade, assim como no sábado, com o Terno de Reis, e na segunda-feira tem o presente de canoeiros, que é agregado dentro da programação da festa. Afirmou que a associação vem reforçando o processo de tradição e identidade e informou que desde 2007 criaram um seminário interno das festas populares na comunidade, preocupados com uma questão muito delicada, que é a presença dos trios elétricos, e disse que existia um grande questionamento na comunidade por que essa era a única festa que agregava valor e tinha uma quantidade significativa de pessoas participantes, entre cento e cinquenta e duzentas mil pessoas, dez blocos de trio, além dos blocos tradicionais e dos grupos culturais. Disse que o crescimento criou um contingente que criou um boom, mas de certa forma tirou um pouco da característica da parte tradicional, com as baianas e as manifestações que pudessem referendar um pouco mais do espírito que ele chama de lavagem. Afirmou que a partir de 2008, momento em que houve a retirada dos trios, a associação vem tentando buscar e potencializar o que a comunidade tem de mais significativo dentro das suas manifestações. Citou que em 2011 pautaram uma homenagem a pessoas que estejam vivas, sendo duas pessoas, respeitando-se a questão de gênero, um homem e uma mulher, e eles vêm fazendo isso de maneira sistêmica em todas as lavagens. Disse que em 2011 fizeram uma referência das mais significativas, que foi Juvená, talvez o ícone vivo das festas populares do estado da Bahia, e Dona Cabocla, que já é falecida e fez parte do grupo das baianas, e naquela reunião estava sendo representada pela sua neta. Lembrou que em 2012 a cidade estava quase sitiada com a greve da polícia, e a associação, a partir de uma articulação com toda comunidade e Poder Público, assumiu em fazer a festa que de certa forma tirou a situação de que na cidade não acontecia nada. Afirmou que a partir disso tiveram um problema, pois mesmo com o projeto aprovado, já negociado com o Presidente da SALTUR na época, ele não empenhou achando que o projeto não iria acontecer. Assim, a associação recebeu um calote da Prefeitura, visto que não houve pagamento para a festa em 2012. A associação organizou a festa nos anos seguintes, até que em 2017 houve um fato bastante desagradável, que foi que a Prefeitura, a partir do projeto que foi protocolado, não fez empenho, criou uma série de dificuldades e a associação fez a festa, o representante informou que tinha em mãos camisas, crachás com a marca da SALTUR, mas não receberam o pagamento. Afirmou que em 2018 foi mais grave ainda, pois a associação não conseguiu sequer protocolar. Disse que eles ficam em uma situação em que não sabem o que é que o Poder Público está querendo dialogar com a comunidade enquanto festa popular de Itapuã, a Lavagem de Itapuã, porque o diálogo tem sido realmente muito delicado e declarou que não havia um diálogo do ponto de vista institucional. Afirmou que estava levando o problema para o Conselho. Disse que recentemente viu um vídeo com o pessoal da Mudança do Garcia, que passa pela mesma situação porque por falta de pagamento não sabe se vai acontecer. Afirmou que isso era um problema porque a associação tem

dívidas, pois contrata músicos e pessoas para fazer a festa e, para não criar uma situação delicada, os moradores que colocam seus próprios recursos. Afirmou que ele era profissional e trabalha na área, portanto termina que eles mesmos pagam as dívidas com os próprios recursos. Chamou Raimundo Bujão para continuar o pronunciamento, o qual disse também fazer parte da associação dos moradores de Itapuã e estava ali com um conjunto de amigos e amigas moradores do bairro que também fazem parte da comissão que organiza a Festa de Itapuã. Reforçou que a lavagem é uma programação dentro da festa, que começa às 2h com a banda Anunciador, que só tem em Itapuã, e vai até a segunda-feira com dois presentes do bairro. Disse que para que as palavras não ficassem soltas, levou alguns exemplares dos jornais que pautaram um pouco sobre a história da Festa de Itapuã, associada ao histórico do bairro. Mostrou uma camiseta da edição da festa em 2017, sendo que mesmo sem a Prefeitura sinalizar, a associação honrou a responsabilidade de fazer a festa reconhecendo o papel da Prefeitura. Afirmou que a Prefeitura não paga a festa, dá uma ajuda de custo ínfima. Mencionou que em 2017 a Prefeitura repassou trinta mil reais para um grupo que participou da festa de Itapuã, sendo que a associação de moradores e a comissão organizadora, que faz todo o processo e tem várias entidades, não teve apoio, mas a festa aconteceu. Informou que em 2017 recorreu ao Ministério Público para explicar o que estava acontecendo, sendo que na época a Promotora Patrícia não deu muita importância. Disse que há anos, o Afoxé Korin Nagô era o proponente, sendo representado por ele. Relatou que neste ano a Prefeitura também não empenhou e inventou uma atividade e repassaram, sendo que em 2017 foi diferente porque criaram muitas dificuldades. Afirmou que era um problema extremamente grave porque primeiro a Festa de Itapuã é grande e ele disse querer enfatizar com os Conselheiros que havia na verdade pelos órgãos públicos estaduais e municipais certa indiferença com a festa, que do ponto de vista histórico é de 1905. Relatou que a Festa de Yemanjá no Rio Vermelho, que hoje é muito famosa, começou em Itapuã e é consequência de uma briga entre pescadores que foram para o Rio Vermelho, a exemplo de seu Hermógenes, sendo que ganhou grandiosidade e a Festa de Itapuã foi esquecida. Declarou que os moradores de Itapuã mantêm a tradição viva e procura fazer cada vez mais a Festa de Itapuã fortalecer e afirmou que cidade perde quando não reconhece a festa de Itapuã como uma das festas que mantêm porque antigamente havia muitas festas populares, mas hoje só tem lavagem, que é a Lavagem do Senhor do Bonfim e a do Rio Vermelho, mas a de Itapuã iria de 2h da madrugada do dia 21 de janeiro até a tarde do dia 25 de janeiro com o presente dos canoeiros e da Gildete que faz também o final da festa. Disse que não dava para a Prefeitura, com o processo de venda das festas populares, fazer um pacote em que eles são incluídos. Disse que no ano passado, quando foi no Ministério Público, estava incluído o nome da AmBev no processo de negação dos recursos para a associação, sendo que a empresa já tinha preparado todo um kit promocional para Itapuã, sendo que eles recolheram em função da ação do Ministério Público, para não ter elementos mais comprobatórios de que existe na verdade um comprometimento. Disse que queriam que a comunidade de Itapuã seja respeitada, pois o que fazem é importante para a cultura da cidade. Declarou que a SALTUR e o CMPC têm um papel muito importante, é necessário que entendam a importância da Festa de Itapuã. Declarou que acompanha as

festas da cidade e que vai fotografá-las, sendo que é visível a presença do Poder Público, sobretudo da Prefeitura de Salvador, e disse que em matérias de jornais e matérias pagas parece que a Festa de Itapuã não vai acontecer. Relatou que toda vez que vai à SALTUR vê várias pôsteres e fotografias antigas e a Festa de Itapuã não aparece em nada. Disse que precisava que os Conselheiros reforçassem a importância que Itapuã tem e convidou todos os Conselheiros presentes para a festa para que tivessem noção do que eles estavam falando. O presidente disse que a reunião seria extensa, mas em respeito a toda comunidade de Itapuã que estava presente e os demais que foram prestigiar, sugeriu que o espaço fosse aberto para três falas de duração de um minuto cada e perguntou se algum dos Conselheiros gostaria de falar. Rodrigo Cavalcanti disse que é representante da SALTUR no CMPC já pelo segundo mandato e disse que achava que o mais importante, e ele vinha repetindo isso dezenas de vezes desde a gestão anterior, era que o Conselho precisa formalizar as coisas para a SALTUR ou para o Conselho Municipal do Carnaval e Festas Populares (COMCAR) ou quem quer que seja, pois o órgão não estava formalizando absolutamente nada que era tratado nas reuniões. Lembrou que existem as atas e declarou que aquela era mais uma oportunidade de o Conselho formalizar para a SALTUR explicações sobre os patrocínios de 2016, 2017 e 2018 ou mesmo oficializar o que estava sendo tratado naquela reunião por meio das declarações e queixas. Reafirmou que era mais uma oportunidade para o Conselho transformar aquela demanda em ofício, em ato formal. Opinou que aquela manifestação era tardia, pois a festa de Itapuã era dali a alguns dias, portanto a pauta deveria ter sido provocada duas reuniões antes, dois meses antes porque grande parte das discussões das festas populares já estava sendo tratada há algum tempo dentro da SALTUR e de outros órgãos. Reforçou que o CMPC precisa se manifestar formalmente para os órgãos da Prefeitura porque a SALTUR não era o único caminho para a Festa de Itapuã, havia ainda a SECULT, SEMOP, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e outros órgãos que se envolvem na festa. Disse que o Conselho precisava formalizar para que a comissão de festas populares se manifeste em relação à Festa de Itapuã também, assim como a Festa de Iemanjá e do Senhor do Bonfim. Paulo Hermida falou que a comunidade de Itapuã apresentou uma demanda muito clara, inclusive com uma coisa estranha de interrupção na ajuda que a Prefeitura dá no ano de 2017. Disse que era interessante que a comunidade formalizasse isso em um documento e mandasse para o CMPC, que teria que assumir a responsabilidade de tratar disso junto à Prefeitura, ao COMCAR, à SECULT, à SALTUR, enfim, à estrutura da Prefeitura de maneira geral. Reafirmou que deveria ser formalizado e não apenas chegar na reunião e falar. Isa Trigo pediu que os Conselheiros que fazem parte da Prefeitura de Salvador que definissem qual tipo de formalização era melhor para o Conselho utilizar, disse que o Conselho já tinha uma ata e lembrou que não poderiam discutir o assunto a nível de deliberação, e pediu aos representantes de órgãos municipais que dissessem qual era a formulação melhor para que eles mesmos recebessem o documento. Declarou entender que Rodrigo Cavalcanti não era a SALTUR, mas um representante do órgão, no entanto, pelo fato de ele trabalhar lá, deveria dizer como deveria ser feito. Rodrigo Cavalcanti respondeu que normalmente a relação feita entre órgãos da Prefeitura se dá por ofício porque se tem um protocolo, um tempo de resposta, sendo que tudo isso geraria um

processo. O Presidente disse que a comunidade de Itapuã ouviu algumas coisas que foram ditas, entenderam, e se colocou à disposição. Mencionou que o CMPC tinha um Conselheiro do território, Leonardo França, que não estava naquele momento, sendo que o Presidente disse que ele deveria estar ali para ouvir a deliberação, em seguida, passou a demanda para a Suplente dele, Cristina Alves, e pediu que ela passasse para o seu Titular. Declarou que o Conselho existe com representantes dos territórios e linguagens e que os representantes às vezes precisavam entender que não era necessário o Conselho ir até o território, mas eles enquanto representantes precisavam se representar dentro do seu território. Disse que existia uma demanda, Itapuã tinha um Conselheiro, que de certa forma fazia parte da associação, já que ele assinou o documento que foi enviado ao CMPC. Sugeriu que ele pegasse o extrato dos outros anos, declarou que a explicação de Rodrigo Cavalcanti foi bem clara, e que poderiam juntos ir até a SALTUR para entender o processo. Observou que as pessoas poderiam achar que iria demorar, mas faltavam poucos dias para a festa, portanto resolver em cima da hora não era o melhor caminho. Perguntou a Rodrigo Cavalcanti se mesmo assim, diante da festa, havia alguma possibilidade de ajuda dentro do projeto que foi apresentado, declarou não saber se o pessoal conseguiu protocolar na SALTUR e se disponibilizou a levar e apresentar o projeto ao órgão. Pediu que, se fosse possível, pudessem dialogar de alguma forma, ver se havia tempo para isso, se não desse, eles iriam trabalhar o documento juntamente com o Conselheiro do território. Pediu desculpas por não liberar mais falas porque a reunião tinha uma pauta extensa, sendo que muita coisa entrou de última hora e era preciso respeitar isso. Em seguida, passou para o segundo informe e disse que as faltas dos Conselheiros estavam sendo contabilizadas e muitos deles ainda não estavam sinalizando o motivo das faltas, apresentou a tabela com o controle das faltas. Disse a importância da presença nas reuniões e das justificativas, pois os Conselheiros mereciam esse cuidado. Declarou que os Conselheiros não podiam adivinhar o porquê das faltas, mas achariam que os faltosos não estavam mais interessados na questão cultural e assim terão que abrir para o Suplente assumir. Pediu que todos vissem o quantitativo de faltas e disse que alguns nomes seriam levados para a Comissão de Ética para que houvesse deliberação sobre o assunto, baseada no Regimento Interno, que determina que, caso o número de faltas seja muito grande, o faltoso terá que se justificar ou a Comissão irá deliberar a sua saída do CMPC, sendo substituído pelo Suplente, o que deveria ser avisado com antecedência. Defendeu que o CMPC precisava tomar a rédea do assunto, senão o tempo todo ficaria daquele jeito, deveriam seguir o que o Regimento pede, declarou que neste ano teriam que “arrumar a casa”, senão ficaria sempre uma bagunça. Registrou a presença das consultoras Kátia Costa e Luana Vilutis e disse que na meia noite daquele dia encerrava-se o período de contribuição dos Conselheiros no Plano Municipal de Cultura (PMC) e informou que até aquele momento havia vinte e um inscritos e sete contribuições. Disse que deveriam ver o fato como válido pois era sinal de que os vinte e um inscritos entraram, leram, entenderam e se sentiram contemplados com o que leram e que os sete viram que existia uma possibilidade de contribuir um pouco mais. Considerou as sete contribuições muito válidas e que tinham que pensar sempre para cima, sendo que o fato de haver vinte e um inscritos era surpreendente para ele, pois eles entraram, tiveram o cuidado de ler o

documento, entender, não tiveram dúvidas, pois quando ele sinalizou no grupo do Whatsapp ninguém disse que precisava de ajuda das consultoras. Reforçou que tinham até à meia noite e que os Conselheiros que ainda não conseguiram acessar o documento poderiam utilizar o pouco tempo que tinham para ler e de repente apresentar alguma contribuição, que seria melhor ainda. Observou que não dava mais tempo de tirar dúvidas, pois o prazo havia terminado, sendo que o documento ficou quarenta dias à disposição e o prazo encerraria naquele dia. Declarou que esperava que todos que não tinham conseguido entrar que o fizessem naquele dia e alertou para depois não dizerem que o tempo foi curto. Registrou a presença de pessoas importantes, músicos do Subúrbio, comunidade de Pau da Lima, o Conselheiro Nato de Cultura pelo Ministério da Cultura, José Raimundo Alves, e disse que quanto mais o Conselho recebesse visitas, mais “ganharia corpo”, avançava na cidade, por isso era importante registrar a presença das pessoas. O Assessor Técnico da FGM, Plutarco Drummond, informou que as inscrições para o edital Prêmio Samba Junino continuavam abertas até o dia 19 de fevereiro, e que o card de divulgação foi publicado no grupo do Whatsapp dos Conselheiros e nas redes sociais do CMPC e da FGM para que eles acessassem e conhecessem o edital. Declarou que a novidade era que no dia 5 de fevereiro seria realizada a oficina para a orientação para a participação no edital. Informou que a oficina aconteceria na Galeria da Cidade, no Teatro Gregório de Mattos, das 17h30 às 18h, sendo que não haveria inscrição. Afirmou que o segmento do samba junino tinha um recorte bastante claro e a FGM decidiu desburocratizar, portanto a pessoa deveria chegar e participar da oficina. Explicou que pelas experiências anteriores era possível atender ao segmento do samba junino com apenas uma oficina e o que recomendava oicineiro Ugo Mello, que tem uma metodologia que vinha aplicando nas oficinas de elaboração de projetos para editais da FGM, era a leitura do edital porque muitas vezes a pessoa chega para fazer a oficina e nem sequer lê o objeto do edital e chega com muito mais dúvidas. Orientou aos presentes que lessem o edital em casa para chegarem preparados para poder interagir com a metodologia criada pelo oficineiro, que é muito objetiva, focada no próprio edital e no formulário de inscrição. Disse que as pessoas que participam das oficinas exercitam o preenchimento do formulário, o entendimento do objeto, dos critérios de seleção, dos perfis daqueles que podem participar do edital, já que é de salvaguarda e é muito específico do samba junino. Informou que os Conselheiros receberiam o card de divulgação da oficina no dia seguinte à reunião, para que eles multiplicassem a informação e disse que a oficina iria qualificar a participação no edital. O Presidente disse que seria dado outro informe que não estava na pauta, sendo que surgiu uma deliberação de Conselheiro sobre um grupo cultural que o procurou, um grupo de músicos e artistas da região de Pau da Lima, e ele pediu gentilmente que o Conselho atendesse o pedido de fala sobre uma determinada questão. Disse que o assunto não estava na pauta, mas se tratava de uma demanda de uma região que o Conselho nunca recebeu, opinou que os Conselheiros tinham que entender, sensibilizar e acatar. Disse que conversou com o Conselheiro pedindo que ele fosse breve, mas ele entendeu que deveria ter solicitado dias antes da reunião e alertou que os Conselheiros deveriam ficar atentos, pois eles tinham o Regimento Interno, que fala sobre a questão da organização da pauta, sendo que as coisas não poderiam acontecer depois que for realizada a reunião da Coordenação

Colegiada que delibera, e depois surgir novas demandas. Afirmou que isso não pode, pediu que os Conselheiros organizassem as coisas e declarou que não era que as pessoas não quisessem receber, mas era preciso que os Conselheiros se organizassem e lessem as coisas que recebem no e-mail, sendo que o regimento estava no e-mail de todos os colegas. Deu a palavra a Eduardo Reis e lhe pediu que não se estendesse tanto porque tinham pouco tempo. O Conselheiro agradeceu a sensibilidade do Presidente e disse que o que o fez solicitar espaço na pauta foi que desde o ano passado ele já vinha falando e achava que iria parar de falar sobre o assunto no Conselho porque acabaria se tornando chato por estar falando sempre a mesma coisa. Afirmou que o que o deixa inquieto é quando a comunidade, as pessoas que votaram nele chegam para ele e o perguntam o que aconteceria agora, a exemplo do Reveillon, que passou a ser um festival, o que teria para a comunidade, bem como o Carnaval, sendo que ele não estava fazendo como a comunidade de Itapuã que foi ao CMPC com uma semana de antecedência do evento. Lembrou que desde o ano passado estavam no Conselho falando e querendo saber como é que fica e como se faz, disse que os grupos estavam inscritos no COMCAR, mas geralmente não acontece nada. Sugeriu que um representante da SALTUR e um representante do COMCAR se apresentassem ao CMPC para esclarecer de que forma são selecionados os grupos e por que não se tem uma oportunidade para os grupos locais, principalmente dos bairros que têm o Carnaval. Informou que havia levado à reunião cinco pessoas da área cultural da comunidade. Mostrou um vídeo que mostrava a Praça da Juventude de Canabrava e disse que esteve na inauguração, assim como o Presidente, sendo que o local tinha um anfiteatro, academia funcional, campo, quadra de vôlei, quadra coberta e pista de skate. Disse que antes eles questionavam por que não tinham espaço, mas atualmente tinham o espaço e perguntou o que aconteceria lá. Mencionou que já tinha um tempo que o Prefeito prometeu que iria implantar o Boca de Brasa, mas até aquele momento não havia acontecido nada. Citou que conversou com o administrador do local, chamado Joel Santana e perguntou como o espaço funcionava para a comunidade ter acesso. Disse que foi respondido que era necessário fazer um ofício, sendo que teoricamente o espaço já era da comunidade. Afirmou que não acontece evento nenhum no local, apenas eventos realizados por igrejas, sendo que o Poder Público não realizava evento nenhum. O Presidente perguntou a Eduardo Reis qual era a demanda. Ele respondeu que gostaria de saber qual o caminho para ter uma oportunidade e para aumentar em um dia o carnaval de Pau da Lima e disse que preparou um material, mas acabou esquecendo. Informou que no ano passado, na insistência e de tanto brigar e dialogar, conseguiram colocar mais um dia de carnaval no bairro. Agradeceu a sensibilidade da SALTUR, que cedeu um minitrio e foi o melhor dia de Carnaval com as atrações locais, sendo que estava tudo documentado e fotografado. Afirmou que foi o melhor dia porque a comunidade se mobilizou, se uniu, sendo que na hora tiveram resultado, que foi um domingo de Carnaval, que nem na programação oficial entrou, mas estavam com um minitrio, uma festa que a comunidade abraçou e estava perguntando se neste ano teria novamente. Disse que se sentia às vezes pressionado por conta disso e que já pensou várias vezes em renunciar porque fica sem respostas. Declarou que quando entrou no CMPC achava que seria um Conselheiro que teria respostas e de alguma forma poderia contribuir. Afirmou que tinha contribuído com o PMC

para que as coisas aconteçam e que as consultoras viram e comprovaram ao andar pela cidade que alguns anseios deles eram coisas da comunidade, não era nada implantado, então precisavam que isso fosse aprovado porque é um anseio da comunidade e declarou que o Plano veio para acabar com o anseio da maioria das pessoas que moram na periferia, assim como ele, e que não têm oportunidade. Reforçou que estava falando do Carnaval dos bairros e que eles estavam lá no dia a dia e sabia da importância que é, e disse que a ideia da SALTUR foi boa e válida, pois o povo fica ali e todo mundo se conhece. Afirmou que não houve nenhuma ocorrência no dia, sendo que foram parabenizados pela Polícia Militar, pois não houve ocorrência sequer de um empurrão e considerou como um ponto positivo para ser visto. Acrescentou que, como foi dito que o caminho era ofício, solicitou ao Presidente que visse a melhor forma, pois ele achava que ainda tinha tempo hábil. O Presidente respondeu que ele levou uma resposta para a inquietação dele quando disse que no ano passado conseguiram por meio da própria SALTUR um caminho e perguntou se foi via Prefeitura-bairro e disse que o caminho talvez fosse esse de se reunir com o Prefeito-bairro, fazer a construção e lembrou que Eduardo Reis havia dito que ele iria à reunião, mas o Conselheiro disse que ele teve que viajar. O Presidente argumentou que se a comunidade artística tinha um diálogo com o Prefeito-bairro perfeitamente, estava construindo isso, então o melhor caminho era esse. Afirmou que o Carnaval era um assunto recorrente nas reuniões do CMPC porque a classe artística vive do Carnaval e das festas populares. Disse que teriam que pensar pelos caminhos que a comunidade vinha construindo. Eduardo Reis agradeceu a oportunidade e o Presidente agradeceu a presença dos músicos visitantes e disse que o Conselho era deles e que ficassem à vontade para ir às reuniões. Fernando Guerreiro deu uma satisfação em relação ao Boca de Brasa de Canabrava e disse que estava tendo um problema sério porque na verdade ali só tinha uma miniarena praticamente sem espaço. Disse que estavam “quebrando a cabeça” para achar uma forma, inclusive fazer uma parceria com a Cidade-Mãe porque, como o projeto trabalha com oficinas, não tem espaço para fazer, só tem quadras. Informou que estava estudando como conseguirão montar as oficinas no bairro para utilizar o espaço. Mencionou outra questão que foi levantada, que era mais ampla, e disse que sabia que o Carnaval e que o Reveillon eram muito importantes, mas a FGM trabalhava o ano inteiro com editais descentralizados de apoio às várias manifestações dos bairros de Salvador. Disse que o Presidente falou algo que ele discordava, que era que o artista vivia de Carnaval e Reveillon, sendo que isso não existia, era real, mas ao mesmo tempo muito questionável porque a FGM estava patrocinando vários eventos, e ele acreditava que havia mais de trezentos que não tinham nada a ver com o Carnaval ou festa popular. Declarou que não estava invalidando o que o Presidente disse, mas já existia um movimento grande dos editais, que durante seis anos já chegaram a mais de trezentos projetos contemplados, com apoio a projetos nos bairros da cidade, inclusive isso era uma marca da FGM. Destacou que esse era um ponto que era importante descentralizar e isso não significava que ele estava dizendo que não deveria ter o espaço, defendeu que ele deveria existir e ser resguardado, mas era preciso sair de limitar a esses dois. Informou que estava trabalhando direto em parceria com o SEBRAE, com realização de oficinas e mais oficinas ligadas à elaboração de projetos e documentação. Declarou que ainda era um problema sério a questão

da documentação quando se pedia apoio e patrocínio. Acrescentou que os problemas que estavam sendo discutidos naquele dia eram para ter sido levados ao CMPC pelo menos em outubro para que tivessem tempo hábil de se organizar, inclusive fazer uma mobilização real. Disse que não tinha como fazerem uma mobilização em cima da hora, sendo que às vezes conseguiam resolver, mas às vezes não. Afirmou que se trabalhassem sistematicamente dois, três meses antes teriam condições de fazer um planejamento. Informou que a FGM não tinha recurso da noite para o dia e que tudo era planejado até com seis meses de antecedência. Declarou que a Festa de Itapuã poderia virar projeto específico e concorrer a um edital da FGM, ter apoio direto, teria que virar projeto e ser trabalhado com antecedência. Afirmou que a tendência era que logo o Boca de Brasa estivesse funcionando, pois já estavam com algumas soluções para rolar. Uelinton Nascimento disse que ficava admirando cada vez mais com a SALTUR e a FGM porque se o Conselho foi distribuído para os territórios, então esses órgãos deveriam saber que existia um calendário dos territórios, existia a Lavagem de Itapuã, a Lavagem do Coroadó, que é de Pau da Lima, o Carnaval de Pau da Lima. Afirmou que foram ao Gabinete do Prefeito e no ano passado foram ao CMPC e botaram em prática que tinham o Carnaval de Pau da Lima. Informou que conseguiu através do Prefeito uma verba extra para fazer o Carnaval de Pau da Lima. Declarou que queriam que a FGM também tivesse a preocupação de fazer pelo menos um edital para os territórios porque não tinha nada nos territórios, portanto não adiantava levar os Conselheiros para os territórios e não terem nada. Fernando Guerreiro disse que a FGM tinha um edital chamado Cultura Bairro a Bairro que já estava na terceira edição e só trabalha com isso, então estava havendo um problema de comunicação, o que ele achava difícil porque estavam recebendo inscrições de quinhentos, seiscentos projetos. Reforçou que o edital já existe e já contemplou projetos maravilhosos com resultados excepcionais. Disse que uma coisa eram os eventos calendarizados, com os quais teriam que ter um trabalho específico, e que seria lançada mais uma edição do edital Cultura Bairro a Bairro, em que estava sendo criada reserva, sendo que cada território deveria ter ao menos dois projetos aprovados e reforçou que isso já estava na política da FGM há muito tempo. O Presidente disse que, como a Coordenação Colegiada havia consentido com a apresentação do informe de Eduardo Reis, perguntou se outro Conselheiro queria dar algum informe. Registrou a presença do Vereador e Conselheiro Joceval Rodrigues, que informou que estava voltando do recesso na Câmara Municipal (CMS), pois ele estava em processo eleitoral, em que ele participou do pleito, então ele se licenciou da Câmara por isso a ausência nas reuniões do CMPC, mas ele estava sempre acompanhando. Disse que a partir da semana seguinte voltaria à tona e disse que estava ali para contribuir da melhor maneira possível. O Presidente pediu-lhe que olhasse o Plano Municipal de Cultura e que se pudesse desse alguma contribuição e disse que era necessário que mais Conselheiros contribuíssem. Joceval Rodrigues informou que naquele momento estava indo para uma articulação em que a Câmara já estava definindo a pauta da semana seguinte e mencionou o Vereador Silvio Humberto que estava trabalhando em parceria com ele para já tratar do PMC. O Presidente disse que era muito bom saber que ele estava de volta e que tinham muito caminho a traçar com o PMC. Afirmou que a Câmara tem que entender que é uma construção coletiva e tem que levar para a cidade, pois o plano era de todos e quanto mais tivesse

contribuições, o documento seria fortalecido para toda Salvador. Ivam Almeida pediu desculpas pelo fato de o informe dele não estar na pauta, pois foi algo de emergência, sendo que ele foi informado na noite anterior à reunião. Afirmou que alguns manifestantes da Cultura do bairro pediram que ele falasse sobre a lavagem que havia acontecido no último domingo e também sobre o palco do Carnaval de Plataforma. Informou que no domingo anterior à reunião havia acontecido a Lavagem de Plataforma, que ele informou que é comum na cidade, assim como as outras festas populares, e vem recebendo o apoio da SALTUR, seja financeiro, seja com locação de equipamento, mas apoia de alguma forma, o que é muito positivo. Disse que gostaria de saber quais são os critérios de apoio que a SALTUR utiliza e disse que recebeu uma inquietação dos grupos culturais da comunidade que disseram que o órgão municipal havia contratado no último domingo uma banda chamada Amor e Brasa pelo cachê de vinte mil reais, o que estava publicado no Diário Oficial do Município, do qual ele tinha um exemplar em mão com a publicação do contrato. Informou que se tratava de uma banda que ninguém do Subúrbio conhecia, não tem entrada no local, sendo que os artistas locais que tocaram na festa não receberam nenhum tipo de apoio e disse que fica sem saber quais são os critérios que a Prefeitura toma em relação a isso e eles querem resposta. Lembrou que Rodrigo Cavalcanti ressaltou a importância de protocolar as coisas, mas destacou que era necessário ter sensibilidade e que o CMPC contava com a participação de órgãos, como a SALTUR, FGM e Casa Civil, que precisam ter a sensibilidade de entender que os grupos e produtores das comunidades vivem na oralidade, isso é cultural da cidade e não vai ser perdido. Reconheceu que era necessário expandir para documentar, mas declarou que a oralidade deve ser respeitada. Disse que era uma sugestão dos grupos que eles estivessem construindo a lavagem do próximo ano. Informou que a lavagem não teve baianas porque os grupos não tinham dinheiro e perguntou como poderiam ter uma lavagem sem baianas para lavar o “negócio”, e concluiu que não era lavagem. Declarou que eles estão se perguntando que banda era aquela que foi contratada. Pediu aos presentes que olhassem nas redes sociais a banda Amor e Brasa, pois nelas estão muitas coisas sobre os artistas, e constatou que não havia nada sobre os artistas da banda. Declarou que deveriam estar treinados a isso porque ele recebeu a inquietação na noite anterior à reunião e ficou abismado com isso porque não esperava, não pôde estar na festa porque estava viajando, mas muitos grupos participaram não tocando nem se apresentando, mas acompanhando a lavagem, que é algo cultural do bairro há mais de quarenta anos. Disse também que o grupo Pierrot, outra tradição do bairro, tinha sessenta anos e todo mundo o conhecia, sendo que é conhecidíssimo no Carnaval, e não pôde se apresentar. Informou ainda que recebeu dos artistas outra demanda do Carnaval e apresentou alguns músicos que estavam presentes na reunião, dos grupos Benza Eu, Pierrot Tradição, Taloa, Samba Cheque, Clube da Lulu (infantil) e que constavam na lista do edital do COMCAR, como todo ano têm o nome na lista, mas não são contratados, artistas que estão o ano inteiro trabalhando e militando na comunidade que têm reconhecimento. Retomou a fala de Eduardo Reis sobre o dia mais bonito do Carnaval de Pau da Lima, em que a comunidade se reconheceu ali. Afirmou que a FGM tem feito algo nesse sentido, que é de fazer a comunidade se ver no espaço e declarou que esse é o pulo do gato da Cultura, pois todo mundo

que ver um parente, um amigo, um vizinho e isso é muito vendável, muito positivo. Pediu com todo carinho e respeito que tivessem sensibilidade e disse que os grupos estavam lá e queriam ser recebidos pela SALTUR, pela FGM, pela SECULT, pelo COMCAR. Pediu também sensibilidade para direcioná-los e declarou que tem muitos grupos que não saem da margem por falta de direção. Pediu que pudessem recebê-los para que pudessem conversar. O Presidente disse que sabia que a demanda de Carnaval não cabe ao CMPC porque não tinha entrada no COMCAR e que conta apenas com a sensibilização dos órgãos públicos, por meio de um diálogo entre eles porque entendiam que algumas demandas podem ser construídas através dos órgãos públicos. Disse que a SALTUR é a porta que todo mundo bate e disse a Rodrigo Cavalcanti que ele era a porta e receberia as demandas toda hora. Declarou que o bom era que ele entende porque todo mundo quer se ver no Carnaval porque é a maior festa popular do mundo e afirmou que boa parte da Cultura de Salvador vem de festas populares e do Carnaval, não tem como fugir disso. Afirmou que por mais que tivesse editais durante o ano, chegaria o momento do Carnaval em que todo mundo queria tocar, ver seu grupo, sua banda. Disse que o entendimento que tinha sobre o Carnaval dos bairros foi feito para a comunidade se ver e não era justo a comunidade não se ver na festa. Disse que sabia que quem resolvia sobre o assunto é o COMCAR, mas ele tinha que expor o que pensava enquanto Presidente do CMPC, não podia fugir disso. Mencionou Paulo Hermida, representante da Casa Civil, como uma pessoa muito sensível à questão, e disse que era necessário haver uma porta aberta no órgão para que o Prefeito entenda as demandas que chegam. Declarou que não são demandas de pessoas contra a Prefeitura, pelo contrário, os depoimentos foram de que a Prefeitura estava no caminho certo, quando levou o espaço para Pau da Lima, realizou o Subúrbio 360, construiu o palco de Plataforma e de Periperi. Ressaltou que não era justo pegar um artista que ninguém nunca viu, receber vinte mil reais, enquanto se poderia pegar o valor, distribuir de uma forma democrática para cinco, seis, oito grupos culturais saírem em uma lavagem de um bairro que tem uma história e disse que no Museu Nacional tinha documentos sobre o bairro de Plataforma e sua história. Reforçou que era preciso ter sensibilidade em relação à demanda que aparece e declarou que a casa precisa entender que vai ter que ouvir mesmo, pois era o papel dos Conselheiros, não queria dizer que teriam que concordar com tudo, mas tinham que ouvir, entender e processar. Mencionou mais uma vez Rodrigo Cavalcanti como representante da SALTUR e lhe disse que para ele foi difícil localizar o outro grupo de Itapuã porque não teve um retorno de dentro da empresa municipal. Cristina Alves pediu a possibilidade de nas futuras pautas incluir uma problemática que estavam enfrentando, inclusive naquele dia havia desencadeado uma luta de manutenção de um espaço que ela considerou superinteressante para a cidade, que é o Centro de Cultura da Câmara Municipal. Disse sentir muito a falta da força da Comissão de Cultura da Câmara Municipal, pois estava com um evento marcado entre os dias 28 e 29 de janeiro, que mobiliza toda Bahia, e contariam uma pessoa que viria de Recife, porque desde 2012 dinamizam o centro digital do centro de cultura. Informou que quando chegaram para realizar o evento, o centro digital estava tomado, ocupado, com os computadores desligados e as mesas de cabeça para baixo, sendo que tiveram que utilizar o auditório, com uma metodologia que não é correta para a tecnologia que iria usar e por isso estavam criando

uma moção de repúdio ao acontecido e pediu apoio ao CMPC, ao Conselho Estadual da Cultura (CEC), à Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal, aos Vereadores e aos representantes no Conselho da CMS, pois precisam interferir nisso porque o centro digital é um espaço público de acesso à cultura digital. Afirmou que estava fazendo um trabalho bellissimo, inclusive de inclusão digital para as baianas de acarajé e mais algumas outras comunidades. Declarou que o pessoal da CMS não ouve, acabou com a sala no fim de semana e nem o coordenador do centro sabia disso. Disse que poderia dar maiores informações no grupo do Whatsapp do CMPC e quem quisesse saber mais informações sobre a luta que a procurasse. Marcos Argolo retomou a fala do Presidente sobre o pagamento de vinte mil reais a uma banda desconhecida da comunidade de Plataforma e a possibilidade de dividir os recursos a um grupo maior de artistas locais e defendeu que os artistas da comunidade deveriam receber cada um o mesmo valor; tomou como exemplo os editais da FGM que pagam o valor determinado aos artistas selecionados, sem fazer distinção, opinou que a SALTUR também deveria fazer isso. Mencionou a classificação dos artistas do Carnaval e considerou um imbróglio a publicação das bandas selecionadas no Diário Oficial, pois depois o COMCAR dá um pontapé. Declarou que o presidente do órgão, Pedro Costa, deixa muito a desejar e que bandas de amigos que ficam nas últimas classificações, de dez anos para cá foram sempre contempladas. Disse que queria provar isso com eles na reunião do CMPC, mas eles não vão e que todo ano são os mesmo classificados que estão lá dentro. Disse que não tinha medo de falar e que a sua fala estava sendo gravada e que queria um debate com eles, pois queria prová-los que as dez bandas que são classificadas são deles e não pode ser assim. Afirmou que os bairros estão prejudicados por causa disso e os outros bairros não iam às reuniões do CMPC porque não têm mais a coragem de chegar e reivindicar. Joceval Rodrigues retomou a fala de Cristina Alves sobre o Centro Cultural da Câmara Municipal e explicou que a Câmara muda a gestão a cada dois anos, sendo que no novo biênio seria presidida pelo Vereador Geraldo Júnior e quem estava na gestão do centro cultural já havia algum tempo era o Vereador Odiosvaldo Vidas, com um trabalho voltado para a área digital, que vai continuar na atual gestão. Comprometeu-se a procurar o Vereador Odiosvaldo Vidas, que é responsável pela pauta e organização do centro de cultura, e a encaminhar o pleito da Conselheira diretamente ao novo Presidente da Casa, se ela assim quisesse tratar com ele sobre o assunto específico. Isa Trigo disse que se houve uma pauta reservada, não poderia acontecer dissolução de continuidade, e se sai um Presidente e entra outro, este deveria honrar o que foi assinado anteriormente. Considerou certa a possibilidade de falar com o Presidente da Câmara, mas alertou que não se visse isso como um favor, senão iria se regredir a um tempo em que as pautas eram mudadas de acordo com o bel prazer das autoridades. Joceval Rodrigues respondeu que infelizmente na Câmara não funciona desse jeito, a pauta não funciona de acordo com um compromisso feito, mas mudou a gestão e o centro de cultura está subjugado à Presidência da Câmara e o Presidente da Câmara tem a prerrogativa de mudar a diretoria, a pauta, pois a gestão é do novo Presidente, é prerrogativa de eleição. Disse que a Câmara Municipal já trata da pauta há um bom tempo e a tinha como prioridade, conforme Cristina Alves havia falado, o espaço foi uma deliberação dos vereadores e disse não acreditar que isso iria retroceder, mas defendeu que o diálogo é importante e

se disponibilizou a fazer a intercessão. Agradeceu a oportunidade e pediu licença para sair da plenária para participar de uma reunião para definir a pauta da próxima reunião da Casa Legislativa e inserir o assunto na discussão. Em seguida, o Presidente confirmou que já tinha quórum para o pleno fazer deliberações. Convidou os novos Conselheiros e aqueles que ainda não haviam assinado o Termo de Posse no CMPC para fazê-lo. Assinaram o documento a Conselheira Suplente representante da SEMGE, Sandra Márcia Almeida Guimarães, e a Conselheira Titular representante de Valéria, Caroline Lopes dos Santos. Dando continuidade, a Assessora de Comunicação da FGM, Patrícia Lins, apresentou o resumo do trabalho de comunicação que foi feito com relação ao Plano Municipal de Cultura e mostrou que foram divulgados informes sobre o PMC entre agosto e dezembro nos sites e redes sociais da FGM e CMPC, além de serem realizadas coberturas das reuniões da Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC em tempo real. Informou que até o dia 20 de fevereiro a FGM iria receber os panfletos, cartazes e folhetos. Disse que faria a divulgação junto aos Conselheiros para trabalhar dentro de cada território e declarou que irá contar mesmo com a sensibilização e mobilização de cada Conselheiro nesse momento, sendo que a FGM vai fazer a parte de enviar para a imprensa e divulgar da sua maneira, mas vai precisar para que os encontros aconteçam com a maior quantidade de pessoas de cada região. O Assessor Técnico da FGM, Plutarco Drummond, apresentou a plataforma de contribuição para o documento do plano, que já era conhecida pelos Conselheiros que contribuíram ou conferiram o documento, e informou que seria a mesma que seria disponibilizada para a consulta pública da sociedade em geral, os agentes culturais de toda cidade, a partir dos encontros presenciais que irão ocorrer um em cada território, em cada Prefeitura-bairro. Reforçou que o sistema estaria aberto até a meia noite para receber as contribuições dos Conselheiros, que seriam incorporadas para serem disponibilizadas na mesma plataforma para as pessoas que serão sensibilizadas e mobilizadas para contribuir no PMC nos encontros presenciais que serão realizados. Patrícia Lins explicou as estratégias de comunicação, compostas pela plataforma de contribuição do PMC; material impresso de divulgação que vai necessitar do apoio e da mobilização dos Conselheiros; comunicação virtual com cards convocando para cada encontro presencial de acordo com as datas e explicando sobre a consulta pública; cartazes, panfletos para distribuir nos territórios e folders com perguntas e respostas sobre o PMC; banner para sinalização dos encontros presenciais para a elaboração do PMC e boletim informativo que estava sendo divulgado para a imprensa e nas redes sociais. **Apresentou o calendário** com as datas e informou que os encontros serão realizadas em março e abril e disse que precisariam ser produzidos vídeos, conforme havia sido combinado no início da elaboração do PMC com os representantes dos territórios e segmentos em que eles devem convocar a comunidade a participar dos encontros e contribuir. Informou que o ex-Conselheiro José Marcelo Rios ficou responsável em fazer a edição dos vídeos e declarou que era necessário combinar com ele e definir quem receberia os vídeos. Comprometeu-se a passar para o Presidente e ele então encaminharia aos Conselheiros. Isa Trigo disse que lembrava do dia que se falou sobre os vídeos, José Marcelo Rios estava, e disse que estava se perguntando diante do fato de que teriam como entrada real para a contribuição de qualquer criatura sobre a face de Salvador aquela interface seca que os Conselheiros

conhecem, que talvez deveria ter um vídeo padrão onde o Conselheiro falasse trinta segundos para a comunidade com a qual ele estiver mais afeito, considerando os Titulares e Suplentes, e declarou que ela tem uma comunidade no Cabula e a Titular Eliaide Cardoso tem outra, pois na prática é assim. Sugeriu que fosse colocado no final ou no meio do vídeo a entrada, visto que já era difícil para os Conselheiros e disse que tem Conselheiro que olha a entrada e fica triste. Disse que tem como principal dificuldade a comunicacional, e que falava como uma leiga, a aparência da plataforma de contribuição ao PMC. Patrícia Lins disse que a dificuldade foi conversada logo de início e que não tinha quem fizesse a edição, nem quem criasse uma identidade para a plataforma. Explicou que José Marcelo Rios se ofereceu para fazer uma edição em cima do vídeo que cada um mandasse. Isa Trigo perguntou quem na Secretaria de Comunicação poderia ficar encarregado de pelo menos falar com José Marcelo Rios. Declarou que o Conselho estava fazendo um favor para ele mesmo, mas estava fazendo um favor para a Prefeitura, no sentido de que em um vídeo como esse cada um iria colocar a sua imagem e precisavam que do lado da Prefeitura houvesse alguma organização porque essa produção não iria partir do Conselho, pois o órgão não tem equipe de produção. Patrícia Lins respondeu que, conforme já havia sido colocado desde o início, não tinham estrutura mas iria tentar ver a melhor maneira, pois é o que a FGM sempre faz. Plutarco Drumond disse que era uma boa ideia os Conselheiros demonstrarem a plataforma no vídeo. Patrícia Lins afirmou que iria sentar para alinhar com José Marcelo Rios, ver o que ele pode fazer, e ela então passaria para o Presidente e ele passaria aos outros Conselheiros. Informou que a distribuição do material impresso aconteceria a partir de fevereiro, pouco tempo antes do Carnaval, sendo divididos em duzentos cartazes, mil panfletos, dois banners, quatrocentas pastas com canetas e blocos de anotação e mil folders. Em seguida, a Assessora de Comunicação da FGM apresentou as artes do material visual, declarou que a FGM não tem orçamento para viabilizar publicidade paga nas redes sociais e disse que José Marcelo Rios se ofereceu porque já tem uma cota de publicidade nas redes. Isa Trigo perguntou se a programação visual já estava pronta e pediu para Patrícia Lins apresentar, pois poderiam ter alguma dúvida. A Assessora apresentou as artes do material visual. Os Conselheiros fizeram algumas sugestões de alteração das artes, como inserção do link para a plataforma de contribuição ao PMC, a inserção das logos do CMPC e do Sistema Municipal de Cultura (SMC), destrinchamento dos endereços dos encontros presenciais, a valorização do elemento de votação nos elementos visuais do layout, correção de datas dos encontros presenciais, alteração do título das artes. Patrícia Lins reforçou que distribuiria aos Conselheiros no dia 20 de fevereiro. José Carlos Novaes mostrou dúvida em relação aos duzentos cartazes previstos e perguntou se seria essa quantidade por território. Patrícia Lins informou que tinha um plano de distribuição, que previa cento e vinte unidades para os Conselheiros, vinte para as Prefeituras-Bairros, vinte para os espaços culturais municipais, vinte para espaços culturais privados e vinte instituições comunitárias. José Carlos Novaes perguntou se seria feita a mesma distribuição em relação aos mil panfletos, Patrícia Lins disse que todo material seria distribuído na mesma proporção, com exceção dos banners que serão utilizados para localização das salas. Isa Trigo disse que se sabe que hoje a principal comunicação é feita por internet e televisão e disse que os

Conselheiros já tinham que começar a pensar nos locais onde distribuirão os cartazes e sugeriu que fossem feitas entrevistas em programas televisivos. Patrícia Lins respondeu que essa parte correspondia à geração de conteúdo para a imprensa e que naquele momento estava apresentando o material visual. Disse que faria o contato com a imprensa, enviaria releases, entrevistas com o presidente da FGM, Fernando Guerreiro, e o Presidente do CMPC, Etenoel Cruz, além da produção de vídeos, que seria uma colaboração dos Conselheiros, e o envio do boletim informativo que pode gerar conteúdo. Informou que houve abertura maior da imprensa em relação à audiência pública sobre a construção do PMC, então com a realização dos encontros presenciais conseguiria muito mais porque representaria um produto para a comunidade e informou que muitos sites também divulgaram o evento, o que foi uma grande ajuda porque no dia a casa ficou cheia. Acrescentou que teriam cards para divulgar pelo Whatsapp, Facebook, Instagram e reforçou que a FGM iria contar com esse “corpo a corpo”. O Presidente disse que para fazer a divulgação era necessário sentar não só com os Conselheiros, mas também com o Poder Público, utilizar a relação que existia com as secretarias, escolas, prefeituras-bairros, ou seja, criar uma grande rede de comunicação, já que não vai ser utilizado o poder das grandes mídias. Patrícia Lins informou que tinha um mailing de artistas, produtores culturais, grupos de capoeira e o segmento da literatura, além de ter acesso ao mailing de toda Prefeitura. Paulo Hermida sugeriu o uso das rádios comunitárias para divulgação, sobretudo em alguns bairros, Patrícia Lins respondeu que não tinha esse mailing, mas podia fazer o levantamento. Paulo Hermida defendeu ainda que deveriam concentrar os cartazes na mão dos Conselheiros territoriais porque eles têm mais capilaridade dentro de suas regiões e não tinha nenhum sentido serem colocados cento e vinte cartazes na mão dele porque francamente ele não teria onde colocar esses cartazes. Patrícia Lins sugeriu que fosse feita uma reunião entre os Conselheiros e disse que poderia fazer um remanejamento. Disse que fez um cálculo geral e que não entende as nuances do Conselho. José Carlos Novaes concordou com Paulo Hermida e disse que os Conselheiros territoriais têm acesso maior e como distribuir dentro de toda comunidade e destacou a importância de se fazer uma divulgação maciça, bem feita e bem grande porque estavam chegando em uma etapa em que é muito importante a participação da comunidade. Patrícia Lins respondeu que essa parte era diretamente com ela e que ela “ficaria no pé” da empresa, que no que precisasse de ajuda iria pedir socorro e disse que quando o sistema entrasse no ar ela acreditava que ficaria mais fácil a imprensa “comprar” a ideia. Plutarco Drummond pediu licença para, antes da discussão do segundo ponto de pauta, dar um informe sobre um projeto que estava sendo desenvolvido dentro do programa “Caminhos da Leitura” da Gerência de Bibliotecas da FGM, coordenado por Jane Palma, chamado “Coreto Literário”, que consistia na realização de visitas a praças com estrutura de coreto, desenvolvendo diversas ações de promoção da leitura, livro, cultura da infância com interação de pais e filhos, tendo como enfoque a literatura. Distribuiu o material impresso que seria distribuído nos bairros e Isabela Silveira apresentou o cronograma das atividades que seria realizadas nos seguintes locais; (9/2) Pituba, (16/2) Liberdade, (23/2) Amaralina, (16/3) Pirajá, e (23/3) Campo Grande. A Secretária Geral pediu que os Conselheiros distribuíssem para crianças e famílias porque o incentivo à leitura funciona bastante. Dando continuidade à reunião, o

Presidente afirmou que estava percebendo que algumas ações do CMPC não têm dado resultado, não tinham conseguido atingir o que gostariam que atingissem e exemplificou a criação da comissão que tem como atribuição articular junto à SALTUR algumas ações do Conselho, mas não conseguiram avançar sobre isso e percebeu que algumas comissões não conseguem se desenvolver, seja por falta de tempo, seja por falta de hábito em trabalhar dessa forma. Sugeriu que, ao invés de criarem comissões para tudo, começassem a deliberar e defender ações que possam conjuntamente levar independente de estar ou não em comissão. Lembrou da recomendação de Rodrigo Cavalcanti de levar as demandas que chegam ao CMPC oficializadas à SALTUR. Ressaltou que isso não ocorre no Conselho e defendeu que se isso é um instrumento que ajuda ao CMPC se desenvolver, resolver um problema, então terão que começar a usar. Isabela Silveira disse que tem percebido que as coisas que eles ficam tentando deliberar dentro do Conselho não saem das reuniões porque precisam de articulações institucionais externas, sugeriu que identificassem quais são os órgãos que o CMPC precisa propor um encontro, uma aproximação maior, e exemplificou uma ida a SALTUR para solicitar o calendário das festas porque estão recebendo demandas fora do calendário oficial. Declarou que a aproximação demandava que definissem com quais órgãos deveriam se aproximar e em vez de criar comissões para tudo, deveriam começar a pautar e levar através do próprio Presidente ou pessoas que queiram participar. Disse que tem sempre a questão da Cultura e infância nos eventos da Prefeitura de Salvador e questões em que ela pensa que se a tivessem perguntado, diria que não fizessem do jeito que fazem. Disse que está dentro do Conselho e poderia dar contribuições efetivas para somar e não para fazer a crítica posterior, que é um ato nada democrático e não acrescenta muita coisa. Reforçou que precisavam levantar com quem queriam articular. Eduardo Reis fez uma observação sobre a questão de fazer em cima da hora, disse não era bem assim, porque já estavam falando desde o ano passado, desde a época do Festival da Virada que já estavam falando sobre o Carnaval, então não era naquele dia. O Presidente ressaltou que queriam estreitar as relações, diminuir a distância e disse que Eduardo Reis apresentou um fato que era verdade, sendo que no início criaram a comissão, mas ela não conseguiu andar, não agendou uma reunião. Lembrou do problema que houve em relação à festa de 2 de Fevereiro e quando colocou no grupo do Whatsapp que precisava de alguém para ir, todo mundo estava com a agenda apertada, apenas Ivam Almeida se disponibilizou. Perguntou como os Conselheiros querem que as coisas sejam resolvidas se não saem da cadeira, não propõem, e alegou que não dá para ficar questionando tudo, mas é necessário chegar, conversar, dialogar, propor e planejar. Declarou que a questão está no planejamento e que talvez a questão do Carnaval seja chata, os Conselheiros sempre chegam em cima da hora. Citou dois editais da SALTUR, o Fuzuê e o Furdunço, sendo um para grupos culturais e outro para bandas, e disse que de repente as relações podem ser estreitadas com a SALTUR, e os Conselheiros podem participar como participam dos editais da FGM como membros observadores do acompanhamento do edital, o que traz um aprendizado, pois todos os Conselheiros que participaram como observadores de editais da FGM, como Marcos Argolo e Ivam Almeida, saíram satisfeitos, felizes e entendidos. Citou a Secretaria de Educação (SMED), cuja representante, Joelice Braga, ligou para ele informando que iria participar de uma reunião marcada de última

hora e por isso não pôde comparecer àquela reunião. Perguntou aos Conselheiros qual relação entre a Cultura e a Educação o CMPC pode estreitar com a SMED, exemplificou a questão da infância, e disse que precisam ir para frente. Afirmou que da mesma forma que os Conselheiros se sentem pressionados quando um grupo bate na sua porta, eles também têm que começar a pensar antes que o problema chegue à porta, que foi o que Rodrigo Cavalcanti havia falado sobre a Lavagem de Itapuã. Esclareceu que não é que a lavagem está errada, a comunidade tem uma demanda, mas há um tempo, um start para pensar na lavagem. Mencionou o edital Prêmio Samba Junino e pediu que atentassem para o período em que o edital estava começando, quando iria ocorrer as oficinas e quando será o São João. Citou a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), visto que boa parte das festas que envolvem licenciamento tem atuação da secretaria, e o CMPC deveria entender como é que a SEMOP pensa antes de criticar. O Presidente disse que começou a entender o trabalho do órgão com a festa de 2 de Fevereiro, e lembrou da Lavagem do Bonfim, que em tempos atrás havia trio elétrico e se andava com facão no meio da rua, havia violência por não haver condições de se ter organização da festa, com fiscalização e assim diminuir a violência. Ivam Almeida sugeriu pensar a partir daquele momento um planejamento, acompanhamento e sugestões para a pauta de 2020, aproveitar que estavam em um momento de pensar e já estabelecer as pautas de cada mês, buscar entender o funcionamento dos órgãos da Prefeitura para começar a colaborar, questionar, estreitar mais, direcionar os órgãos a entender quais são os grupos que realmente trabalham, que estão a fim de fazer a cultura de fato, que precisa ser qualificado. Isabela Silveira exemplificou o Festival da Cidade, que é realizado em março, deveria estar em construção naquele momento, e defendeu que era o momento de os Conselheiros fazerem colaboração efetiva de percepção, sugerir novos grupos, propostas, novas ações, formatos. Reforçou que a vivência dela são estruturas para a infância, um pensamento sobre como a infância é, e disse que não precisa ser sobre os conteúdos, o que é um pensamento muito comum. Disse que muitas vezes não se tem grupos com conteúdo infantil, e citou a exceção do grupo “Clube da Lulu”, que estava representado na reunião. Disse que tem que ser estrutural, um espaço família, um acolhimento, e citou o trocador, um lugar em que se possa ficar com as crianças fora do sol, o que não significa um enorme impacto orçamentário para um desembolso à parte. Disse que se trata de dar contribuição sobre a área de dedicação de cada um, como pode acontecer com os grupos populares, que podem perceber de uma maneira para contribuir porque senão ficaria naquele “estica e puxa” que não é bom para nenhum dos lados. Disse que a SALTUR trabalham com organização prévia, cuidado e atenção e depois recebem críticas sobre o que deixaram passar e o Conselho não acompanha a participação e depois fica reclamando, uma “conversa de surdo”. Rodrigo Cavalcanti respondeu que estava ali como representante da SALTUR e não tinha nenhum problema de receber todas as demandas e obviamente interagir dentro do possível, do alcance dele. Deu exemplo de coisas que a Prefeitura tem que se articular para realizar e que é importante o Conselho estreitar a relação, sendo que falou sobre o ofício como um dos caminhos, mas havia outras formas de interação, como reuniões. Reforçou a importância de oficializar as relações, no sentido de gerar documentos, destacou que a Administração Pública vive muito de papéis e Fernando

Guerreiro sabia que os papéis são extremamente importantes. Exemplificou a festa do 2 de Fevereiro, que era dali a quatro dias, e que a conversa sobre a festa do ano que vem deveria começar naquele momento porque a Prefeitura de fato se une vinte dias antes do evento para deliberar sobre assuntos que dizem respeito à organização básica da festa. Citou participantes da comissão da festa de 2 de Fevereiro, que são o Departamento de Fiscalização da SEMOP, SEMOP Sonora, a Diretoria de Iluminação Pública da SEMOP, Transalvador, 12ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), Associação de Moradores e Amigos do Rio Vermelho (AMARV), a Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação do Estado da Bahia (FeBHA), a Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limbpurb), Corpo de Bombeiros, colônia de pescadores, Guarda Civil, vila de pescadores, vila Caramuru, que vai realizar o evento, a 7ª Delegacia de Polícia Civil, SALTUR, Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo, SECULT, Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Zoonoses (SMS) e FGM. Explicou que, quando se fala de um evento como 2 de Fevereiro, fala-se muito da SALTUR, mas são mais de vinte instituições que se reúnem em uma comissão para cuidar da parte mais estrutural da festa, no entanto estavam falando de uma questão mais subjetiva, pois estava se falando de Cultura, que demanda uma janela com um tempo muito maior do que vinte dias. Destacou que em vinte dias podia-se pintar ciclofaixas, colocar as estruturas, definir em que local devem ficar as estruturas das televisões que irão cobrir o evento, mas a janela para discutir o subjetivo é muito mais longa. Disse que a manifestação sobre a festa de Itapuã era tardia porque o assunto já estava acontecendo fazia tempo. Considerou que é cada vez mais importante o Conselho estreitar a relação para que ele possa participar nesses momentos. Disse que a SALTUR já estava na segunda gestão do CMPC e acreditava que o órgão nunca tinha recebido um ofício do CMPC e não sabia se o COMCAR já havia recebido. Ressaltou que é importante oficializar essas demandas. O Presidente retomou a questão do Festival da Cidade e disse que estavam a dois meses da festa. Sugeriu ver junto à SALTUR e à SECULT, sendo que esta não estava representada naquela reunião e declarou que o órgão fazia falta, pois a discussão ficava em torno da SALTUR e FGM como uma bola de pingue pongue, mas teria que ter o terceiro órgão que poderia ajudar a resolver muita coisa. Rodrigo Cavalcanti lembrou da questão das baianas, que é competência da SEMOP, mas ela não está no Conselho, sendo que tem uma questão cultural, mas também de ordem pública e reforçou a importância de o CMPC passar a fazer uso do ofício. Disse que dentro da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS) tem o cuidado específico da infância e exemplificou o Festival da Virada, que conta com uma escola para abrigar filhos de ambulantes e deve fornecer cinco refeições, dar determinado tipo de tratamento para dar conforto para os ambulantes. Acrescentou que podem ter outras coisas, profissionais, como professores e Conselho Tutelar, tem toda uma estrutura para isso. Disse ainda que tem uma diretoria dentro da Prefeitura que cuida de acessibilidade e que cada vez mais são cobrados para ter acessibilidade nos eventos, então há uma área específica no Festival da Virada para cadeirantes com rampas de acesso ao local, então cada vez mais demandas vão surgindo e a Prefeitura vai acolhendo, mas não exclusivamente para a SALTUR. Explicou que quando a demanda chega na SALTUR vem de outro órgão da Prefeitura ou ela convida outros órgãos para formar comissões e tratar de determinados assuntos.

Considerou mais que necessário o estabelecimento de uma relação direta com a SALTUR. Destacou ainda a importância de se criar o hábito de se fazer ofícios em cópia para os órgãos municipais, sendo que todos podem se conversar, marcar reuniões. O Presidente observou que o Festival da Cidade não é feito apenas pela SALTUR, concordou que o CMPC tinha que se apresentar, mas como tinha representantes de alguns órgãos, eles precisam convidar o Conselho e disse que o CMPC não recebe convite para conhecer os órgãos. Sugeriu que a SALTUR fizesse uma apresentação com o calendário de festas para o CMPC. Ressaltou que tem muitos órgão públicos que nunca mais foram ao Conselho, nem deram justificativas sobre suas ausências. Lembrou mais uma vez que a representante da SMED, Joelice Braga, ligou pedindo desculpas e se comprometeu a ligar no dia seguinte para saber as demandas e ajudar. O Presidente considerou a postura da Conselheira bacana, lembrou que os órgãos municipais têm uma agenda intensa por conta da proximidade do Carnaval e ressaltou a presença de Rodrigo Cavalcanti na reunião. Disse que para as pessoas que falaram na reunião, mesmo não sendo contempladas, foram ouvidas pelo representante da SALTUR que vai tentar sanar o problema futuro de alguma forma e reforçou que a Prefeitura precisa entender isso. Ratificou que o CMPC também precisa ser convidado pela Prefeitura para participar das coisas e isso não era participar das ações que a Prefeitura vai fazer, mas pensar, construir junto, entender o que é. Paulo Hermida disse que o Conselho tem que sair do papel de mendicante que está e retomou a fala de Rodrigo Cavalcanti sobre a especificidade da questão cultural e mencionou a reforma da Barra em que foi pensada toda uma estrutura para o Carnaval, sendo que em termos de estrutura o local está suprido, com pontos para instalação de postes de iluminação, pontos para instalação das redes de televisão, tudo isso está enterrado na Barra. Ou seja, do ponto de vista da estrutura, é uma coisa que se arruma rápido porque a estrutura está previamente montada, então é chegar, observar o calendário das ações e dentro de um mês se organiza as coisas, com exceção do Carnaval porque a estruturação é gigantesca, mas em outras atividades o requerimento de tempo é menor. Disse que naquele dia ouviram recorrentemente manifestações sobre alguns eventos que acontecem na cidade, concretamente o Festival da Virada, Carnaval, 2 de Fevereiro, Lavagem de Itapuã e Festival da Cidade. Sugeriu que o Conselho pegasse o calendário de eventos que está pré-definido e apresente uma proposição de política cultural para esses eventos, isto é, defina o que é que o Conselho, composto por representantes das linguagens culturais e territórios propõe, ao invés de mendigar a atenção da Prefeitura, o que não está certo porque em uma festa “monstro” ninguém iria parar para pensar no Conselho de Cultura e pediu desculpas pela sinceridade. Disse que os gestores entram em um sufoco e não tem como lembrar da existência do Conselho, só vão se lembrar se forem provocados e se for feita uma provocação prévia. Propôs que o Conselho seja mais agressivo em relação a sua postura. Rodrigo Cavalcanti disse que o Poder Público é muito lento porque é muito grande e com muitos processos envolvidos e que o CMPC é um ente estranho para muitos que estão dentro da Prefeitura porque ele não faz parte ainda do dia a dia, ele precisa ocupar o espaço de fala dele dentro da pauta diária de todos os órgãos, só que para fazer isso, retomou a fala de Paulo Hermida, não é de forma suave, precisa provocar. Explicou que quando falou de documentos, era para gerar protocolos, os quais geram ordem e

declarou que fala isso ao Conselho há mais de dois anos. Ressaltou que o Conselho precisa acordar para isso porque ele é uma estrutura nova dentro de uma estrutura que já roda da mesma forma há muito tempo e, como ele é novo, precisa se posicionar, ocupar seu espaço de fala, ou seja, pautar. Destacou que o orçamento do Município é limitado e não pode atender todos os territórios ao mesmo tempo, sendo que devem ser definidos os territórios de acordo com o evento. Reforçou que o Conselho deve ser propositivo e ponderou que não deve ser por meio de comissões, conforme o Presidente colocou, e declarou que, na relação que tem diariamente com empresas de patrocínio, toda grande empresa tem um relgov, que é o profissional de relações governamentais, e sugeriu que fosse escolhido o relgov do CMPC, a pessoa que vai pautar coisas com cada órgão, a pessoa que vai fazer o papel do porta-voz que faz a interlocução com os órgãos porque não adianta irem trinta Conselheiros para a reunião porque vai ser contraproducente. Declarou que como organismo o Conselho precisa se estruturar melhor na relação com a própria Prefeitura. Uelinton Nascimento reforçou que o CMPC precisa provocar os órgãos e não ser provocado e disse que a fala de Rodrigo Cavalcanti ensinou tudo e que eles perderam um ano, que foi 2018, ressaltou que os órgãos não irão levar o Conselho até eles porque não querem mais problemas para si, portanto era preciso que a executiva do Conselho protocolasse os documentos. O Presidente disse que acreditava muito no que foi dito e que o CMPC tem que ser realmente propositivo, e talvez exista uma lentidão dos Conselheiros e do entendimento sobre isso. Lembrou novamente que estavam construindo o Plano Municipal de Cultura e as contribuições de cada Conselheiro se encerravam naquele dia meia noite, sendo que houve vinte e uma inscrições e sete contribuições, mas poderiam contribuir mais. Declarou que muitos dos problemas que surgiram naquele dia podem talvez começar a se resolver dentro do Plano, mas observou que pode não quer dizer que vai e ressaltou que os Conselheiros podem utilizar o documento como uma ferramenta de pressão e de proposição sobre o que Paulo Hermida e Rodrigo Cavalcanti apresentaram. Citou problemas, como as festas tradicionais da cidade que estão se perdendo, pois as próprias comunidades não conseguem se organizar, construir. Declarou que 2019 tem que ser o ano em que o Conselho tem que deixar o passado, no sentido de não errar mais e em todas as reuniões teriam que fazer proposições. Disse que ficava encaminhada uma ação para ele e Isabela Silveira de enviar um ofício sobre a questão da Festa de Itapuã, solicitando o calendário e planejamento da SALTUR, SECULT e FGM. Deixou um pedido aos órgãos que estavam ali que era de participar da construção do Festival da Cidade, disse que isso não precisava ser só por ofício e ressaltou que estava registrado na ata e a presença das “figuras” era importante, pois eram emblemáticas, e que eles confiavam nelas. Disse a Rodrigo Cavalcanti que às vezes ele era chamado para receber ou ouvir porque o diálogo, como ele fez naquela reunião, era muito construtivo para as pessoas, a expertise dele era muito importante para eles, não apenas como Conselheiros, mas também como produtores e artistas e mais. mencionou a importância da vivência Paulo Hermida e o interesse de Fernando Guerreiro em se aproximar e responder aos Conselheiros. Disse que este ano é o ano em que o Conselho tem que ser propositivo, brigador, e declarou que não iriam adiante se ele ou Isabela Silveira “remassem” sozinhos. afirmou que o “barco” tinha diversas pessoas dentro e todo mundo tem que “remar” junto. Lembrou

que haveria coisas que iriam conseguir e outras não. Rodrigo Cavalcanti discordou da fala de Uelinton Nascimento sobre o ano passado perdido e lembrou que foi o ano em que o Regimento Interno foi oficializado, sendo que na segunda gestão do CMPC podiam falar sobre as faltas, além de discutirem sobre o PMC e afirmou que era uma maturidade. Declarou conhecer conselhos que já estavam na segunda gestão e ainda estavam votando regimento, estaduais ou federais, não importava. Disse que o CMPC está amadurecendo como instituição, avançou bastante e pode avançar mais adotando instrumentos que melhorem o diálogo com o Poder Público. Ivam Almeida reforçou que estavam na fase de finalização do PMC que iria para a consulta pública e a atribuição dos Conselheiros era muito importante, sendo que as demandas levadas àquela reunião seriam resolvidas no documento. Citou que estavam tentando estabelecer no Plano uma cota para que os artistas e grupos locais participem das festas de forma mais efetiva, mas estavam sentindo falta da colaboração dos Conselheiros. Pediu que os Conselheiros presentes colaborassem naquele dia. O Presidente agradeceu a presença de todos, finalizou a reunião e disse que esperava que na reunião seguinte os Conselheiros levassem mais proposições e ressaltou a importância da participação da Sociedade Civil. Disse que iriam tentar construir de alguma forma e ver se a comunidade de Pau da Lima tem novamente o seu Carnaval com os artistas do bairro, assim como Plataforma. Declarou que iriam tentar e que não custa nada tentar, não sabiam se iriam conseguir, mas iriam tentar. Sem mais da pauta a ser discutida, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, com mandato entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019.

Salvador, 19 de fevereiro de 2019.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____

8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____

28. _____
29. _____
30. _____
31. _____
32. _____
33. _____
34. _____
35. _____
36. _____
37. _____
38. _____
39. _____
40. _____